



# DEMARCAÇÃO **JÁ!**

POVOS INDÍGENAS NA  
**COP26**  
31.10 - 12.11



Não existe solução  
para crise climática  
sem Terras e Povos  
Indígenas



apiboficial.org  
@apiboficial

APIINNE | ARPIN SUDESTE | ARPINSUL  
COIAB | COMISSÃO GUARANI TYKROPA  
ATY GUASU | CONSELHO DO POVO TERENA



**ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL**  
COP 26, GLASGOW, REINO UNIDO, 2021.



# NÃO HÁ SOLUÇÃO PARA A CRISE CLIMÁTICA SEM NÓS

POVOS INDÍGENAS NA  
**COP26**  
31.10 - 12.11

Compomos uma delegação indígena brasileira, que parte rumo a Glasgow, na Escócia, como representantes dos anseios e portadores das mensagens urgentes dos mais de 305 Povos Indígenas do Brasil.

Somos homens e mulheres, descendentes de gerações milenares de guardiões e guardiãs dos biomas da América do Sul, e nos irmanamos aos povos originários de todos os cantos de nossa Mãe Terra.

Em todos os continentes, os povos originários lutam para proteger suas terras e garantir a todas as espécies o direito de viver. Nossa luta é por nossas vidas e por nossos territórios, pela defesa das últimas terras ancestrais e pelo enfrentamento à crise climática em nosso planeta. Nossa luta é pela cura da Terra. Por isso, reiteramos a urgência da demarcação de nossos territórios.

**Terra Indígena é garantia de futuro para toda a humanidade.** Nossa relação com o território não é de propriedade, exploração, expropriação ou apropriação, mas de respeito e manejo de um bem comum, que serve a toda humanidade como pólos de contenção das dinâmicas extrativistas que provocam a crise climática. Até hoje - e isso não dizemos nós, mas a ONU e diversos institutos de pesquisa com a reputação mais elevada

que a ciência ocidental pode demandar -, somos nós, Povos Indígenas, os maiores responsáveis pela preservação dos biomas do planeta.

Ao sair de nossas aldeias e atravessar o Oceano Atlântico rumo à mais importante convenção do clima que a governança global instituiu, trazemos nas malas nossos conhecimentos tradicionais e a autoridade para afirmar que nossos territórios são oásis de biodiversidade e modelos de solução climática. Nossa cultura e nossos saberes são originalmente ambientalistas, mesmo antes de este termo ser inventado.

**Muitos que nos ouvem hoje não têm dimensão de toda a força que empenhamos nesta missão. Moldamos e protegemos nossos biomas ao preço do sangue de milhões de parentes. O genocídio dos povos originários, a perseguição aos defensores dos territórios e a captura ilegal de nossas terras, é o maior e mais disseminado crime que a humanidade produziu ao longo de sua história. Este é um crime continuado e presente, o qual denunciaremos em todas as instâncias que ocupamos.**

É fundamental, que o mundo compreenda que não existe solução para a cura da Mãe Terra que não tenha os pés no chão. Conectar-se com a terra, sentir suas necessidades, entender seus ciclos e seus desequilíbrios é fundamental para revertermos os danos causados nos últimos séculos pela sede de acumulação e descarte irresponsável, desigual e ecocida.

O que sentimos em nossas aldeias, territórios protegidos a tanta custa, são os devastadores sintomas do apocalipse climático. O genocídio indígena e a contínua expropriação de nossos territórios por investidas legislativas e interesses predatórios é um claro sinal de que nossas terras são as últimas Reservas de Futuro. O massacre dos povos indígenas é um presságio da devastação irreversível que faz vítimas em florestas, bosques, campos, savanas, em todos os biomas por todo o mundo. Não contido, levará a todos os seres vivos um fim trágico, doloroso e injusto.

Para as autoridades e especialistas que se reúnem agora em Glasgow, pedimos que tomem ações reais para a proteção dos nossos territórios e

que trabalhem incansavelmente para um sistema de produção mais justo e menos poluente para todos e todas sociedades.

Vamos a Glasgow para mais uma vez alertar ao mundo, e nesta ocasião com ainda mais gravidade: a humanidade está conduzindo o destino de todos nós ao caos e à morte! Nossa Mãe Terra está exaurida.

**O futuro do planeta e das espécies que o habitam dependem da nossa capacidade global de cooperação para defender e fortalecer os povos indígenas e comunidades locais, para garantir a seguridade dos territórios tradicionais face aos interesses econômicos predatórios, e para criar e promover soluções climáticas efetivas baseadas na natureza e nas comunidades que a protege.**

Por isso, nos colocamos contra falsas soluções baseadas em inovações tecnológicas elaboradas a partir da mesma lógica desenvolvimentista e produtivista que provoca as mudanças climáticas. Criticamos soluções que não reconheçam os povos indígenas e comunidades locais como o ponto central na defesa das florestas, da diminuição do desmatamento e das queimadas, e como essenciais para garantir que a meta declarada de manter o aquecimento global abaixo de 1,5 graus Celsius.

Esperamos que esta mensagem chegue aos líderes globais, empresários e organizações da sociedade civil presentes na COP 26, vibre em seus corações, e refloreste suas mentes!

**DEMARCAÇÃO JÁ!**



# POVOS E TERRAS INDÍGENAS SÃO A PRINCIPAL RESERVA DE FUTURO

**Não existe solução  
para crise climática  
sem Terras e Povos  
Indígenas**



## **DERMACAÇÃO JÁ!**

A pedagogia indígena que nos faz compreender os sinais da Mãe Terra também nos dá uma visão holística em que rios, lagos, animais, florestas e seres encantados que ali habitam são sujeitos de direitos como nós, seres humanos, e devem ser respeitados. Por isso, falar em impactos das mudanças climáticas requer necessariamente reconhecer a importância dos territórios tradicionais, especialmente as Terras Indígenas. Estes espaços cumprem um papel fundamental no equilíbrio climático, beneficiando, assim, toda a Humanidade. Mas para que eles sejam mantidos é preciso preservar também o modo de vida dos povos originários. Com o seu próprio meio de vida, os indígenas garantem essa harmonia e o bem-estar para além de suas terras.

No tempo em que estamos vivendo, em que um vírus parou o mundo e afetou a rotina de bilhões de pessoas de todas as classes sociais e diferentes culturas, é fundamental parar para pensar seriamente na necessidade de respeitar a biodiversidade presente em nossos territórios. No Brasil, vem sendo adotada, por parte do atual governo, uma política extremamente nociva ao meio ambiente e às comunidades tradicionais. Territórios estão sendo invadidos por garimpeiros e madeireiros; aldeias foram cercadas por fazendas de

gado e soja; os rios são contaminados por agrotóxicos e mercúrio; a Floresta Amazônica, o cerrado e o Pantanal estão queimando e virando cinzas. Apesar desse cenário, os fundos econômicos continuam apoiando financeiramente a ganância desenfreada que destrói o planeta.

É neste contexto que mais uma vez chamamos a atenção para a necessidade de pensar a justiça climática a partir dos nossos territórios. É preciso ir além das metas estabelecidas nos acordos internacionais e considerar o papel vital que as comunidades tradicionais desempenham nesse processo, que deve ser pensado em eixos de responsabilidade socioambiental. Não temos dúvida de que os governos e as estruturas de justiça constituem espaços importantes de ação, mas é preciso incluir nas estratégias as práticas e os saberes dos Povos Indígenas no cuidado com o meio ambiente. E, para que isso ocorra, temos como pressuposto fundamental o reconhecimento e a proteção das terras tradicionalmente ocupadas <sup>1</sup>.

Mesmo sendo responsável pela proteção da maior parte do patrimônio florestal global e, conseqüentemente, da capacidade de armazenar mais de 293 gigatoneladas de carbono, um terço das terras indígenas e comunitárias de 64 países estão sob ameaça devido à ausência de demarcação<sup>2</sup> (direitos de posse de terra).

Diante de um cenário em que a alteração humana alcançava, até 2016, quase 95% do superfície terrestre do planeta<sup>3</sup>, os territórios tradicionais são os últimos espaços em que a natureza tem seus direitos respeitados e onde se busca cotidianamente o equilíbrio climático.

O não reconhecimento, pelos governos e estados, dos direitos coletivos dos povos originários sobre suas terras torna esses guardiões e guardiãs em alvos de ataque e violências atroz assim como promove a captura ilegal

<sup>1</sup> [Clima e Direitos Humanos: Vozes e Ações. Povos indígenas e justiça climática. Sonia Guajajara e Luiz Eloy Terena, pg. 27, Conectas Direitos Humanos, 2021.](#)

<sup>2</sup> [Mapping the extent of human impact on the Earth's surface. World Economic Forum, 2020.](#)

<sup>3</sup> [Vegetação nativa perde espaço para a agropecuária nas últimas três décadas, Mapbiomas Brasil.](#)

<sup>4</sup> [Missing Pathways to 1.5°C. The role of the land sector in ambitious climate action. CLARA, 2018.](#)

de suas terras por dinâmicas exploratórias da natureza.

O Brasil, originariamente Terra Indígena, hoje reserva apenas 13,8% do território nacional aos seus povos originários. Essa porção do território é a que se manteve mais preservada nos últimos 35 anos, representando menos de 1% do desmatamento no Brasil no período<sup>4</sup>. Além de não significar toda a extensão das florestas protegidas pelos povos indígenas - e que estão com seu processo de demarcação paralizado -, os territórios tradicionais já demarcados encontram-se sob forte ameaça legislativa, em uma tentativa inconstitucional de negar a presença tradicional dos povos indígenas no país, e da ocupação de suas terras muito antes da formação do Estado brasileiro.

Por isso, **exigir e garantir que os governos reconheçam os territórios tradicionais** sob ameaça e que assegurem os direitos de posse coletiva dos povos indígenas e comunidades locais sobre suas terras é fundamental para o efetivo enfrentamento climático global.

Para além da responsabilidade dos governos nacionais em reconhecer os direitos, é importante **ressaltar a responsabilidade dos agentes econômicos e financeiros que financiam e promovem processos de produção e exploração** e, como resultado, de violência contra os povos e comunidades e de contaminação e destruição da natureza.

## SOLUÇÕES CLIMÁTICAS INDÍGENAS

Diante das evidentes e desastrosas conseqüências da mudança climática, provocada pela lógica da acumulação e descarte e a errônea percepção de que a terra pode

ser explorada de forma ilimitada, é utópico acreditar que o capitalismo e a sociedade de consumo podem ser recriadas, atualizadas, reformadas para continuarem a consumir no mesmo ritmo, a despeito dos limites da destruição da natureza.

Os Povos Indígenas testemunham as mudanças climáticas há muito tempo. Viram seus rios secarem, o solo se contaminar, os peixes morrerem, seus parentes adoecerem. No entanto, não perderam a relação com a prática humana de usar seus recursos de maneira inteligente e de criar soluções para garantir que todas as necessidades humanas sejam satisfeitas, sem impedir que as necessidades de outras espécies sejam igualmente contempladas.

Ao longo de gerações, os povos indígenas manejam os biomas em que habitam em um processo de aprendizado milenar e de reinvenção cotidiana. Observar, compreender, enfrentar, e buscar estratégias para a construção de futuro possível é uma especialidade dos povos tradicionais do Brasil, que sobrevivem há mais de 500 anos a uma política de genocídio.

Em um debate anuviado por inovações tecnológicas, aplicativos online e complexos sistemas financeiros, as soluções indígenas estão pautadas na origem do problema: o desequilíbrio nas relações humanos com o território.

Ao longo dos anos, Povos Indígenas foram aperfeiçoando seus mecanismos para assegurar a gestão e proteção de suas terras, como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTA). O PGTA é um instrumento construído de forma coletiva pelos Povos Indígenas, no qual consolidam os desejos e compromissos para com seus territórios e o bem viver das atuais e futuras gerações. Tal instrumento no Brasil foi reconhecido por meio da Política Nacional de Gestão

Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída em 2012 pelo Decreto 7.747/2012, que traz elementos essenciais para a defesa dos territórios, manejo e recuperação de áreas degradadas, manejo comunitário de produtos agroflorestais, para a manutenção da floresta em pé e fortalecimento da comunidade que a defende. São práticas elaboradas e implementadas milenarmente pelos Povos Indígenas, e que, durante um curto período de participação indígena em espaços de tomada de decisão, foram reconhecidas nas políticas climáticas nacionais.

**Apoiar os povos indígenas e comunidades locais em suas práticas tradicionais, na promoção da soberania alimentar e energética das comunidades, na garantia de suas necessidades a partir da construção de estruturas resilientes e localmente adaptadas, no fortalecimento de capacidades de gestão comunitária é a estratégia para proteger e recuperar ecossistemas e construir não apenas um plano de contingência para a crise climática, mas também um plano de futuro.**

#### **Brigadistas indígenas**

Com o aumento da temperatura e o avanço do desmatamento sobre os territórios indígenas, os incêndios florestais dizem com frequência os recursos e modos de vida. A tecnologia não indígena não tem sido suficiente para combater e prevenir o fogo não manejado dentro e fora das terras. Para isso, os brigadistas indígenas combinam o conhecimento dos Povos Indígenas e de não indígenas para criação de estratégias de prevenção e combate aos incêndios,

enraizadas no conhecimento de cada povo sobre seus territórios. Os brigadistas indígenas precisam ser reconhecidos profissionalmente, e terem suas capacidades aperfeiçoadas com tecnologias atuais, recursos suficientes para seguirem na proteção de seus territórios e a ampliação de suas técnicas a outros espaços.

A capacidade de resiliência dos territórios e povos está assentada nos ombros, mãos e pés das **Mulheres Indígenas**, que carregam a memória de seus povos em suas práticas, conhecimentos, filosofias, técnicas e tecnologias. Apoiar as mulheres indígenas, suas vozes e corpos, seus conhecimentos tradicionais e suas sementes é abrir espaço para as soluções cultivadas, desenvolvidas e refinadas a muitas gerações de mulheres ancestrais e reconhecer o lugar das originárias da terra para a “Cura da Terra”.

Lançada pela Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, em setembro de 2021, o **Reflorestarmentes** é uma plataforma que tem como objetivo compartilhar e promover formas não-predatórias de relação com a Mãe Terra, focadas na colaboração coletiva para implementação de soluções climáticas, resgate da humanidade e promoção da convivência harmoniosa entre os povos para a construção do bem-viver brasileiro. A proposta pretende desencadear um amplo processo de mobilização, que conectará projetos e ativistas em níveis local, nacional e internacional. O foco da agenda programática da plataforma são a transição ecológica, a demarcação dos territórios indígenas como passo fundamental para mitigar os efeitos das crises climática e ambiental e a produção de alternativas ambientais, sociais e culturais ao modelo econômico atual, que produz o aquecimento global.

[<sup>5</sup> Quanto custa tirar um PGTA do papel? Possibilidades de financiamento para os planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas.](#) INESC, Brasília, 2021.

[<sup>6</sup> Donor funding for Indigenous Peoples and local communities to secure tenure rights and manage forests in tropical countries \(2011–2020\).](#) Rainforest Foundation Norway, 2021.

## FINANCIE A PROTEÇÃO DA FLORESTA

O financiamento internacional é uma ambição global necessária para o enfrentamento à crise climática e para atingir os objetivos do Acordo de Paris. No entanto, não basta mobilizar bilhões de dólares em financiamento climático e aplicá-los na solução de falsos problemas.

Apenas 1% do orçamento do financiamento anual é acessado pelos povos indígenas<sup>5</sup>, a maior parte dos recursos é transferida diretamente entre os países e organizações multilaterais, e por vezes financia relações, projetos e implementações que não se relacionam com o enfrentamento à crise climática.

Enquanto isso, os povos originários, que correspondem a 5% da população mundial, são diretamente responsáveis pela proteção de 80% da biodiversidade global, como demonstra a pesquisa realizada por cientistas globais sobre a governança das florestas e a marginalização dos Povos Indígenas do debate climático<sup>6</sup>.

**Os fundos mobilizados pelos países são necessários para aqueles que realizam há séculos o serviço ambiental mais importante para o enfrentamento da crise climática: a defesa e manutenção das florestas, dos territórios tradicionais e de sua biodiversidade.**

De acordo com estudo recente do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)<sup>7</sup>, o custo anual de implementação de um Plano de Gestão Ambiental e Territorial no Brasil gira em torno de 265 mil a 4,4 milhões de Dólares, a depender da extensão da Terra Indígena. Um valor irrisório quando comparado com grandes projetos de infraestrutura, de reconfiguração do padrão do uso do solo e acordos de cooperação internacionais.

## COLABORAÇÃO GLOBAL

Para que possamos responder à crise climática é necessário trabalhar em conjunto e cooperar para além dos espaços de articulação internacional, direcionados por um senso de responsabilidade global para além das fronteiras. As diversas nações reunidas nesse importante momento precisam não apenas elaborar planos de contingência frente às mudanças climáticas, mas principalmente afirmar o compromisso com um plano de futuro.

Para trabalharmos juntos, é importante que **os Povos Indígenas e as comunidades locais estejam devidamente inseridas em espaços de debate e instâncias decisórias de modo a incidir na definição de políticas e acordos internacionais.**

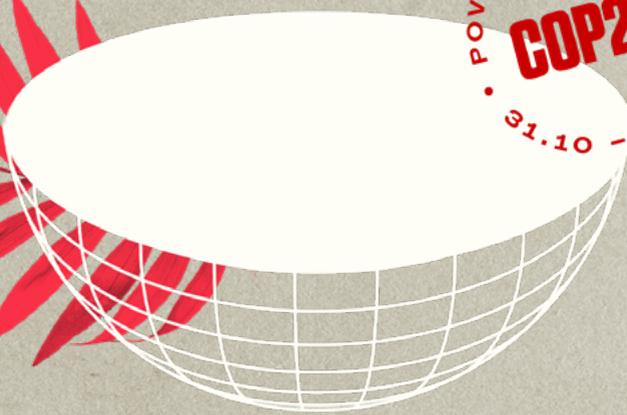
Os povos tradicionais são pouco contemplados nos espaços de participação e debate. Com isso, não alcançam os espaços de decisão que negociam suas terras sem os incluir na mesa, resultando em flagrantes lacunas na proteção aos direitos humanos e socioambientais dos povos indígenas e comunidades locais em diversos acordos internacionais.

**Os acordos climáticos (como o Acordo de Paris e suas regras), econômicos (como o Acordo entre União Europeia e Mercosul) e as legislações internas dos países sobre importação de commodities que impliquem risco florestal precisam ser devidamente e urgentemente revisados para que incluam em seus textos o respeito aos direitos dos povos indígenas, a seguridade**

<sup>7</sup> [Adaptation and resilience at the margins: Addressing indigenous peoples' marginalization at international climate negotiations.](#) Environment, 2019.

**de seus direitos de posse através da demarcação de terras, criação de mecanismos de salvaguarda dos direitos indígenas e de sistemas de rastreabilidade das cadeias de produção e seus impactos nos territórios e comunidades.**

Além disso, é necessário que os países que se reivindicam apoiadores dos Povos Indígenas e que estejam na luta contra a crise climática tomem medidas específicas para boicotar o governo brasileiro e seguir com represálias às empresas e fundos de investimentos que abrem caminho para a destruição e contaminação dos territórios e promovem a violência e genocídios contra povos tradicionais.



POVOS INDÍGENAS NA  
**COP26**  
31.10 - 12.11

